

# Lusomorango: Autoridades devem assegurar vias para a exportação de produtos frescos

18 de Março, 2020

No atual contexto de excecionalidade que o país e o mundo atravessam, a Lusomorango, Organização de Produtores (OP) nacional do setor das frutas e legumes, apela em comunicado à salvaguarda dos mecanismos que permitam “garantir o regular funcionamento da atividade do setor agrícola nacional e o escoamento dos produtos para os seus destinos de exportação”.

De acordo com a organização, a necessidade de “manter as fronteiras abertas para o transporte de mercadorias – entradas e saídas – é vital para garantir a sustentabilidade” deste setor e para dar “resposta às necessidades dos mercados que procuram os pequenos frutos produzidos em Portugal”. Com efeito, mesmo nas atuais circunstâncias, com as economias europeias praticamente paralisadas num esforço de contenção social para travar a rápida propagação do novo Coronavírus (COVID-19), os mercados de destino da Lusomorango, sobretudo as geografias nórdicas, mantêm a procura pelos produtos.

“Acreditamos que esta procura irá mesmo aumentar, uma vez que o consumo de produtos frescos, num período de isolamento tão rigoroso, contribui para a manutenção de um estilo de vida o mais saudável possível”, refere a entidade no mesmo comunicado. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, este momento de recolhimento social deve ser “pautado por uma dieta equilibrada, tendo aqui o consumo de produtos hortofrutícolas um papel de destaque”, acrescenta a Lusomorango.

Empenhada em garantir a atividade agrícola regular e a proteção dos seus trabalhadores, no mais estrito cumprimento das orientações das Autoridades de Saúde, a Lusomorango tem em vigor um Plano de Contingência, elaborado de acordo com as normas emanadas da OMS e da Direção Geral de Saúde, e que está a ser cumprido por todos os Associados.

Contando com uma força de trabalho de 2.200 trabalhadores, de mais de 30 nacionalidades, a Lusomorango apela também à “não discriminação de trabalhadores em função das suas origens”. Portugal e o mundo enfrentam um momento de excepcional gravidade, pelo que “ninguém deve ser discriminado, muito menos em função da sua nacionalidade”.